



CURSO DE EXTENSÃO/ESPECIALIZAÇÃO
ENERGIA E SOCIEDADE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Trabalho de Conclusão de Curso

ALBA-TCP: INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Luiz Alencar Dalla Costa

(Movimento dos Atingidos por Barragens)

Orientadora : Ana Saggiaro Garcia

Rio de Janeiro

Março de 2010

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Apresentação | 03 |
| 1. ALBA-TCP: o que é, contexto histórico, princípios e planos | 04 |
| 2. A questão energética: algumas questões importantes para nosso estudo | 08 |
| 3. A questão da integração energética e a ALBA | 11 |
| 4. ALBA, integração energética e participação popular | 16 |
| 5. Considerações finais | 18 |
| Bibliografia | 19 |

Apresentação

Com objetivo de iniciar um estudo acerca da integração energética proposta pela Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos – ALBA-TCP, tentando identificar elementos que possam apontar novos caminhos para as transformações sociais almejadas pelo conjunto dos lutadores e lutadoras de nosso continente, é que me propus a escrever este pequeno artigo.

Alerto que este é um estudo inicial que deve ser aprofundado, e serve de estímulo, principalmente aos Movimentos Sociais que tem no tema da Energia um dos seus pontos de estudo, proposição política e luta social em toda a América.

No decorrer do texto apresentamos um pequeno histórico e contextualização da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos, ALBA - TCP, procuramos no momento seguinte resgatar alguns elementos que estudamos nos últimos anos principalmente a partir da contribuição das análises marxistas da indústria energética desenvolvida pelo Professor Dorival Gonçalves em sua Tese de Doutorado pela USP-SP. Em seguida observaremos algumas ações que estão sendo realizadas no âmbito da chamada integração energética pelos governos signatários da ALBA - TCP e em especial observações sobre o tratado energético da ALBA -TCP assinado em 2007, para finalmente observarmos alguns elementos do processo de participação popular na ALBA - TCP com ênfase para a questão energética.

Num mundo dominado pela idéia de tudo transformar em mercadoria, do domínio do pensamento individualista, dos graves problemas ocasionados pelo atual modo de produção que baseado na propriedade privada dos meios de produção submete as grandes maiorias da humanidade a situação de violência, humilhação e catástrofes sociais e ambientais entendemos ser oportuno estudarmos as iniciativas daqueles – Governos e Movimentos Sociais – que se contrapõem a este estado de coisas e procuram construir alternativas.

Estudar não significa concordar com tudo, porém não reconhecer que de fato existem diferenças de procedimento também de nada ajuda aos que lutam permanentemente contra todas as estruturas injustas da sociedade.

Que este estudo sirva de incentivo aos que estão fazendo algo pelas mudanças necessárias em nossa América e que seja um estímulo aos que criticam para que ajudem a realizá-las de maneira ainda melhor.

1. ALBA–TCP: o que é, contexto histórico, princípios e planos

A Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (do espanhol Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos) ou simplesmente ALBA-TCP (antiga Alternativa Bolivariana para as Américas) é uma plataforma de cooperação internacional baseada na idéia da integração social, política e econômica entre os países da América Latina e do Caribe.

Fortemente influenciada por doutrinas de esquerda, e ao contrário de acordos de comércio livre como a Área de Livre Comércio das Américas (ou ALCA, uma proposta de mercado comum para as Américas que foi defendida pelos Estados Unidos durante a década de 1990), a ALBA-TCP representa uma tentativa de integração econômica regional que não se baseia essencialmente na liberalização comercial, mas em uma visão de bem-estar social, troca e de mútuo auxílio econômico. Os países membros da ALBA-TCP discutem a introdução de uma nova moeda regional, o SUCRE. Em 24 de junho de 2009, o bloco foi rebatizado para Aliança Bolivariana para as Américas, em substituição ao Alternativa original.¹

Foi constituída na cidade de Havana, capital de Cuba, em 14 de dezembro de 2004, como um acordo entre Venezuela e Cuba, tendo as assinaturas dos presidentes de ambos países na época, Hugo Chávez e Fidel Castro. Este início deu-se pela colaboração de Cuba ao enviar médicos para ajudar no território venezuelano e pela colaboração da Venezuela ao abastecer Cuba com seu petróleo.

Em 29 de abril de 2006, a Bolívia (tendo Evo Morales como seu presidente) somou-se ao grupo a partir do Tratado de Comércio dos Povos, termo que foi acrescentado ao nome oficial do bloco, que resultou na sigla ALBA-TCP.

Atualmente a ALBA-TCP é composta por nove países. Além de Venezuela, Cuba, Bolívia, aderiram ao bloco: Nicarágua, Dominica, Honduras, Equador, Antigua e Barbuda e São Vicente e Granadinas.²

A ALBA nasce em um contexto histórico em que havia total hegemonia mundial do pensamento liberal e que puxado por governos de países centrais procuravam avançar na direção da constituição de blocos econômicos ou blocos de influência que favoreceriam as grandes empresas multinacionais em todo o mundo. A proposta para o

¹ Fonte http://pt.wikipedia.org/wiki/Aliança_Bolivariana_para_as_Américas - acesso em 20 de dezembro de 2009.

² Idem.

continente americano mais comentada na época era a implantação da Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA), que continha em sua proposta uma série de ações que deveriam ser levadas adiante pelos diferentes países, criando as bases necessárias (acordos, mudanças de legislação, etc) para o chamado “livre comércio”.

O fato que em nosso continente, a partir de lutas históricas, ter também neste momento da história avançado através de processos que combinaram lutas populares com a realização de eleições, possibilitou a chegada nos governos de diversos países a grupos que se opunham às idéias e ideais neoliberais. Foi o caso da eleição do presidente Hugo Chávez na Venezuela, de Evo Morales na Bolívia, de Rafael Correa no Equador, e mesmo outros como Lula no Brasil e Tabaré Vasquez no Uruguai, que apesar de não terem o mesmo tom no enfrentamento as políticas dos Estados Unidos, propiciou de certa forma uma conformação mais progressista em toda a América Latina.

Cabe destacar nesta parte inicial a histórica luta do povo cubano, que desde o início da Revolução no final da década de 50 mantém-se sempre crítico às políticas capitalistas e neoliberais, e sempre servindo de estímulo e apoio a muitas lutas populares desenvolvidas em nosso continente.

Lembrar que muitas lutas foram realizadas contra o conjunto das políticas que pretendiam implantar na época, foram extremamente importantes as manifestações por ocasião dos 500 anos de “descobrimento” da América, e muito importantes as diversas formas de luta realizadas pelo conjunto dos movimentos sociais, populares, sindicais e religiosos no enfrentamento a implantação da ALCA. No Brasil merece destaque o plebiscito popular realizado pelo conjunto dos movimentos sociais, que juntou cerca de 6 milhões de votos e que mais de 95% eram contrários que o governo brasileiro assinasse acordos deste tipo.

Muitos lutadores históricos defenderam idéias de integração dos povos da América – entre eles José Martí, Augusto Sandino, Farabundo Martí, Abreu e Lima, Ernesto Che Guevara – e lembrando esta luta histórica e em especial a Simon Bolívar que o nome Aliança Bolivariana foi indicado pelo Presidente da Venezuela Hugo Chavez, recuperando as idéias de integração continental e do que Bolívar chamava de Pátria Grande.

Um documento distribuído pelo Movimento dos Sem Terra no Brasil em maio de 2007 relata a participação dos Movimentos Sociais.

No final de abril de 2007, foi realizado na Venezuela um encontro continental que reuniu os governos dos países membros da ALBA e representantes da maioria dos movimentos sociais de 20 países latino-

americanos. Nessa reunião se consolidou um novo conceito de ALBA, que considera que este deve ser mais do que um acordo comercial, econômico e de infra-estrutura a ser assinado pelos governos de avançar para um espaço de integração popular. Isto é, um processo de construção de unidade entre os interesses dos povos que habitam as Américas, com tudo o que isso significa: a integração social, cultural, livre circulação de pessoas, idéias, etc.

Essa reunião deu mais progressos em termos de áreas propostas de cooperação e integração necessária.

Nessa reunião estavam os presidentes dos governos da Venezuela, Cuba, Haiti, Nicarágua, Bolívia, que já aderiram formalmente ALBA além de representantes de vários governos de países do Caribe que são simpáticos à proposta, mas ainda não aderiram formalmente. Também estiveram presentes líderes dos movimentos sociais, de praticamente todas as redes de articulação continental, como camponeses, movimentos populares, povos indígenas, movimentos afro-descendentes, pastorais sociais, do Jubileu Sul contra a dívida externa, campanha contra a ALCA, movimentos estudantis e da juventude, movimentos de mulheres, entre outros.³

Segundo o portal da ALBA os acordos já assinados entre os governos e representantes dos Estados, estiveram presentes os seguintes princípios fundamentais:

1. A lei e o respeito pela autodeterminação dos povos.
2. O espírito de complementaridade econômica entre os povos e países.
3. O comércio justo entre as nações.
4. A cooperação.
5. A luta contra a pobreza
6. O direito à preservação da identidade cultural de cada povo.
7. A integração energética.
8. A defesa da cultura dos povos da América Latina e Caribe.
9. Promoção e defesa da cultura dos povos nativos e indígenas.⁴

E conforme consta no documento do MST já citado:

(...) a partir da inserção de representantes dos movimentos sociais, como parte do processo de construção da ALBA, estes manifestou a necessidade de incorporar a defesa dos seguintes princípios:

10. Prática da solidariedade permanente entre todos os povos do continente.
11. Integração tecnológica e produtiva
12. Luta contra à exclusão social.
13. Defesa dos direitos humanos, em seu sentido mais amplo: direitos sociais, econômicos, culturais e trabalhistas.
14. Defesa dos direitos das mulheres.
15. Defesa da soberania alimentar.
16. Defesa e preservação ambiental
17. Defesa da pluriculturalidade de nossos povos, valorizando as contribuições das culturas nativas dos afro-descendentes e autodeterminação dos povos indígenas.⁵

Em seu início, somente eram signatários da ALBA os governos de Cuba e da Venezuela, sendo que hoje fazem parte os seguintes países:

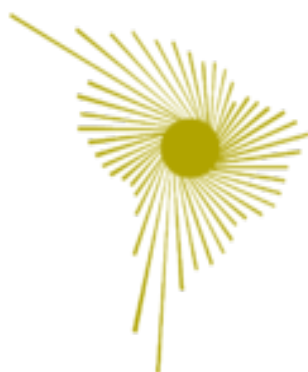
³ MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. ALBA – Alternativa Bolivariana para os povos da América, In Textos para Estudo e Debate. São Paulo, maio de 2007. No prelo.

⁴ <http://www.alianzabolivariana.org/> acessada em 20 de dezembro de 2009.

⁵ MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. ALBA – Alternativa Bolivariana para os povos da América, In Textos para Estudo e Debate. São Paulo, maio de 2007. No prelo.

| País | Superfície/km2 | População |
|-----------------------------|-----------------------|-------------------|
| Venezuela | 916.445 | 27.000.000 |
| Cuba | 110.860 | 11.400.000 |
| Bolívia | 1.098.545 | 9.630.000 |
| Nicarágua | 129.494 | 5.470.000 |
| Mancomunidade de Dominica | 754 | 70.000 |
| Honduras | 122.702 | 7.326.000 |
| San Vicente e as Granadinas | 389 | 117.500 |
| Ecuador | 256.370 | 14.233.000 |
| Antigua e Barbuda | 443 | 68.700 |
| Total | 2.636.002 | 75.315.200 |

Fonte: Portal ALBA www.alianzabolivariana.org - Que é a ALBA-TCP?



Emblema utilizado pela ALBA

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Aliança_Bolivariana_para_as_Américas



Mapa mostra a localização dos países onde os governos são membros da ALBA-TCP.

Fonte http://pt.wikipedia.org/wiki/Aliança_Bolivariana_para_as_Américas

Obs. Em virtude do golpe contra o Presidente eleito de Honduras – Manuel Zelaia – ocorrido no ano de 2009 e a realização de processo eleitoral com votação para novo presidente ocorrida nestas condições não se tem informações se o atual governo Hondurenho será aceito como membro da ALBA.

Além da questão da integração energética – que é tema deste artigo, através de discussões entre os governos e movimentos sociais, a ALBA-TCP propõe vários planos específicos para a integração continental, dentre os quais destacamos:

Defesa da soberania alimentar, democratização financeira, democratização das telecomunicações, mídia e tecnologia da informação, educacional e cultural, plano de direito à vida e condições dignas de habitação, plano de integração cultural, plano de proteção ambiental, missões sociais e de solidariedade, plano de cooperação social com o povo do Haiti.

2. A questão energética: algumas questões importantes para nosso estudo

A noção de energia nasce com o modo de produção capitalista e serve principalmente no sentido de potencializar o trabalho humano, favorecendo o processo de acumulação do capital com extração cada vez maior de taxas de mais valia. Nossa compreensão é que a energia é um produto social, e não simplesmente uma manifestação da natureza ou algo espetacular de inovação tecnológica.

Portanto, é importante destacar que, ao discutirmos a questão da energia, não estamos simplesmente discutindo se é uma questão de natureza na sua simplicidade, ou o simples uso ou troca de tecnologias. O que nos importa é principalmente a serviço de que modo de produção está colocado.

Assim, compreender a indústria de energia elétrica exige verificar que a noção de energia tem sua gênese e resulta da relação social capital-trabalho, em que intensificar e transformar o processo do trabalho é uma necessidade que se impõe.

Cito aqui uma frase do Professor Dorival Gonçalves Junior (da Universidade Federal do Mato Grosso) que pode nos ajudar na compreensão do que estamos afirmando.

Assim, tendo por suposto os elementos centrais da teoria do valor trabalho social, até aqui expostos, retoma-se no capítulo seguinte a análise da indústria elétrica brasileira, procurando nos movimentos “visíveis” deste segmento da produção, tais como: a apropriação dos recursos naturais, a implementação de tecnologias; a regulamentação da produção/distribuição nas instituições de estado e, principalmente, na (re) organização permanente da distribuição do capital e do trabalho os elementos “invisíveis” que só a representação do valor trabalho social é capaz de revelar através das relações de suas categorias, que são forjadas das contradições centrais da produção capitalista, que no caso da

indústria elétrica, se exprime na “disputa pelas ‘fontes’ e controle dos excedentes” travada pela luta de classes entre capital e trabalho e na luta no interior da classe capitalista pela mais-valia-relativa e do “lucro suplementar”. (GONÇALVES, 2007, p. 171)

Vejam que Gonçalves aponta várias questões, sendo que a primeira é a fundamentação teórica do valor do trabalho social, inspirado na teoria marxista, para explicar como o modo de produção capitalista atua no sentido de construir seu objetivo principal que é a acumulação e reprodução do capital. E diz mais, que a luz desta teoria que devemos analisar os movimentos do segmento da produção de energia.

E entendo que, ao observarmos estes elementos visíveis, poderemos em nossa análise apontar continuidades ou contradições que as propostas da ALBA podem suscitar. Antes, porém, vamos entender do que se tratam estes pontos, seguindo a seqüência apontada por Gonçalves.

A apropriação dos recursos naturais na sociedade capitalista tem como princípio a apropriação privada, e construindo em torno desta toda uma representação, no sentido de lhe dar legitimidade em contraposição ao uso em comum, ou coletivo dos recursos.

A implantação das tecnologias na atual sociedade é construída no sentido de se produzir mais unidades de valor (transformadas em mercadorias) em menor tempo e com menor custo possível. Isto favorece o seu detentor de poder, que usufrui vantagens sobre outros eventuais capitalistas concorrentes que, ao não aplicarem esta determinada tecnologia mais avançada, terá maior custo na sua mercadoria e, portanto ficarão em desvantagem. Para exemplificar podemos citar o uso de máquinas modernas que substituem parte da força de trabalho e que, ao assim fazerem, produzem uma quantidade maior de mercadorias em menor tempo. Se pensarmos que duas fábricas estão produzindo uma determinada mercadoria, uma só com trabalho manual e outra usando máquinas, esta segunda, ao produzir mais mercadorias em menos tempo, poderá vendê-las no mercado a um preço menor, e certamente a primeira irá a falência se também não se modernizar.

A regulamentação da produção/distribuição nas instituições de Estado nas atuais condições servem sempre para facilitar tanto os aspectos de legislação quanto de legalização dos permanentes processos de mudanças impostos pela lógica vigente, que por estar em permanente modificação exige sempre novas regulamentações que garantam a estabilidade para a produção e reprodução do capital.

E como último elemento, Gonçalves aponta:

(...) e, principalmente, na (re)organização permanente da distribuição do capital e do trabalho,... Que no caso da indústria elétrica, se exprime na “disputa pelas ‘fontes’ e controle dos excedentes” travada pela luta de classes entre capital e trabalho e na luta no interior da classe capitalista pela mais-valia-relativa e do ‘lucro suplementar’ (Ibid, p.171).

Nos chama atenção o fato da permanente contradição de classe (capital x trabalho) que se expressa tanto na disputa pelas fontes quanto pelos excedentes gerados a partir do trabalho realizado, bem como da disputa intra-classe capitalista para ver quem se apropria melhor da mais valia relativa, realizada através da substituição do trabalho por máquinas e equipamentos, e do lucro suplementar obtido por aquele que se apropria das melhores condições naturais que possam gerar um lucro suplementar. Para compreendermos melhor podemos citar o exemplo da mercadoria energia elétrica, que pode ser produzida com diversas fontes, mas sempre terá aquela fonte de maior grau de eficiência, que produz a mesma quantidade de energia com menor custo (no caso atual é a água) e que, ao vender esta energia pelo preço médio internacional, quem for possuidor desta fonte natural acumulará um lucro suplementar.

Poderíamos aqui ainda aprofundar outros temas como o caso da escassez, muito desenvolvida nas representações atuais para legitimar procedimentos que, na verdade, tornam a maioria do povo refém de quem domina principalmente o mundo da comunicação. Assim, no caso da energia, se justificam obras, tarifas, leis em cima de uma suposta escassez de energia. O discurso da escassez tem sido um dos fortes instrumentos utilizados por quem manda nos setores energéticos mundiais.

Ao estudarmos uma proposta de integração latino-americana que se propõe alternativa, um dos pontos que devemos então observar é se de fato esta proposição na sua prática consegue se contrapor à lógica que o capital impõe para uso da energia.

O que pretendemos demonstrar com este trabalho é principalmente: se o projeto ALBA tende a ser um espaço eficaz de superação de contradições do atual modelo no sentido de tentar superar o processo de exploração a que o capitalismo submete a maioria das populações; ou se ainda está colocado simplesmente como mais uma proposta de integração como tantas que existiram e existem em nosso continente que, em última análise, serve na maioria das vezes para processos de acumulação do capital nas mãos de poucos a custa do trabalho de muitos.

De antemão percebemos, pelo conjunto de notícias e informações que temos até o momento, que as iniciativas dos projetos reais em andamento nos acordos da ALBA

em especial entre os governos versam mais das formas de distribuição dos recursos oriundos de fontes de energia – e no caso especial da Venezuela principalmente o petróleo – como fonte de poder real utilizado como política de convencimento e ajuda aos demais países. É perceptível que o fato de Venezuela possuir grande parte de sua renda através do petróleo concede ao governo Chávez poder, ao fazer uso deste importante instrumento, para implantar idéias organizadas nesta forma chamada ALBA.

Apesar de nos documentos se falar em formas variadas de utilização da energia e de suas fontes, priorizando aquelas de menor impacto ambiental, é sem dúvida o resultado econômico obtido a partir da utilização do petróleo o que até o momento tem conferido grande poder a este bloco político econômico.

Se ficássemos por aqui nas análises poderíamos – como alguns fazem – dizer simplesmente que em termos de tecnologias pouco tem se feito na ALBA para uma “outra integração latino-americana”.

Ainda poderíamos aprofundar esta análise no sentido de compreender de que modo, ou até que ponto nesta proposição da ALBA-TCP, e em especial na questão energética, a energia passe a ser concebida como forma de atender as necessidades das populações e não como mercadoria, e, talvez, pudéssemos constatar que, por ser um processo bastante recente, embrionário poderíamos dizer, não há sequer a possibilidade de verificarmos, em práticas reais, todas as perguntas que poderíamos formular.

Importa então verificar melhor o que ocorre com a ALBA e o que as propostas e ações que são realizadas, tendo a integração energética como um dos pontos de nossa atenção especial, pode nos apontar como pontos interessantes de serem mais bem estudados, aceitos ou rejeitados.

3. A questão da integração energética e a ALBA

Cabe destacar inicialmente que em praticamente todos os documentos gerais, tanto dos governos integrantes da ALBA, bem como dos movimentos sociais que se articulam em torno desta iniciativa, sempre há uma referência à questão energética expressa de diversas formas. Vejamos por exemplo o que está expresso no documento distribuído pelos movimentos sociais, a que já nos referimos anteriormente sobre a questão energética, no que toca os planos da ALBA.

Plano de nova matriz energética

Desenvolver um plano que leva a construir uma nova matriz energética. Construir programas de transporte coletivo para pessoas a baixo custo e não poluente de energia alternativa. Transporte que combata o consumismo

*individualista. Promover a produção e utilização, sob o controle da população local, as novas formas de energia renovável e limpa.*⁶

Neste caso nos parece uma citação muito simplista e genérica que careceria de maior aprofundamento, fato que verificamos que os diversos movimentos sociais envolvidos pouco se dedicaram até o momento.

Se analisarmos os documentos, notícias e acordos entre os governos, veremos que existem vários acordos entre Venezuela e outros países principalmente quando se trata de petróleo, e percebe-se uma participação maior de Cuba quando se trata de incentivo a questões de economia de energia e programas de eficiência. Dentre estes acordos podemos citar os acordos energéticos entre Venezuela e Bolívia, firmado na V Cumbre da ALBA -, ou o acordo entre Venezuela e Haiti firmado em 29 de abril de 2007.⁷ No caso das Venezuela, notícias apontam que, se confirmadas todas as reservas de petróleo, pode tornar-se o país com maior reserva provada de petróleo do mundo, o que de fato aumentaria ainda mais seu poder.

Cito aqui mais alguns elementos que a meu ver são avanços conquistados com base nesta orientação política geral que é o ideário da ALBA, e descrevo alguns dados do país que tem sido o maior estimulador deste processo que é a Venezuela. Em recente artigo o economista e professor Cláudio Katz ao analisar a realidade na América Latina faz a seguinte descrição:

*A Venezuela atingiu taxas de crescimento elevado desde 2003, graças ao boom do petróleo. Pela primeira vez na história, a classe dominante não foi o único beneficiário dessa vantagem. Ela encarna uma redução significativa da pobreza (62% em 2003 para 31,5% em 2008) e da pobreza absoluta (de 29% para 9% no mesmo período). Além disso, diminuição do analfabetismo e ampliação da cobertura de saúde. Por outro lado, diminuiu o desemprego de 18,4% (2003) para 8,3% (2007). Estas melhorias foram financiados com os fortes aumentos nos gastos sociais (de 170% entre 1998 e 2006), que acompanhou a expansão das receitas públicas. Esses gastos têm abastecimento garantido através de um sistema de distribuição a preços baixos (Mercal) e facilitou um programa construção de habitação.*⁸

Logo a seguir o autor chama a atenção para os problemas estruturais que podem corroer os ganhos, como a inflação, os processos históricos de baixa produção de alimentos e a fraca industrialização, e chama a atenção que sem retirar as barreiras históricas que tem bloqueado o desenvolvimento destas nações será impossível atingir o

⁶ MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. ALBA – Alternativa Bolivariana para os povos da América, In Textos para Estudo e Debate. São Paulo, maio de 2007. No prelo

⁷ <http://www.alianzabolivariana.org/> documentos da Alba - acessada em 20 de dezembro de 2009.

⁸ KATZ, Cláudio, Comparaciones y explicaciones de la crisis, 2009, no prelo.

progresso duradouro para a maior parte da população. Diz ainda que processos semelhantes ocorrem na Bolívia e no Equador.

De todos os países, Cuba foi praticamente o primeiro a assumir a questão energética com enfoque no sentido de melhorar a eficiência energética, recuperar as instalações existentes, modernizar equipamentos públicos e domésticos, desde lâmpadas até refrigeradores. Segundo as informações que dispomos, foi um processo muito interessante e com resultados animadores tanto do ponto de vista da economia e eficiência energética quanto da melhoria na qualidade de vida da população. O ano de 2006 foi inclusive chamado de ano da Revolução Energética.⁹

É importante destacar que os sucessos obtidos em Cuba são agora estimulados em outros países, inclusive com os jovens cubanos que participaram dos programas em seu país se dispondo em realizar este trabalho em outros países, como foi o caso recente da Bolívia, no qual, segundo o Presidente Evo Morales, se conseguiu já uma considerável economia nos gastos com energia elétrica¹⁰.

Mas para seguirmos uma linha de raciocínio proposta neste texto vamos voltar aos pontos que Dorival nos apontava como elementos de análise para podermos então perceber o que ocorre nas propostas, acordos e ações até o momento desenvolvidas na ALBA.

O primeiro ponto se refere à *apropriação dos recursos naturais*. Por tudo que temos visto até o momento, há por parte dos incentivadores da ALBA uma clara opção de que os recursos naturais – no nosso caso as fontes de energia – estejam sob controle dos Estados Nacionais, incluindo-se as formas de transformação, industrialização e distribuição dos produtos gerados. Isto tem sido inclusive um dos principais pontos de debate tanto interno nos países onde os governos são signatários da ALBA quanto nos demais. Podemos citar aqui o caso da decisão Boliviana de retomar o controle sobre a produção do gás, que implicou na revisão de acordos com empresas privadas ou estatais de outros países dentre estas a Petrobrás do Brasil¹¹.

O segundo ponto se refere à *implementação de tecnologias*. Neste caso percebemos um esforço de todos em buscar as várias formas acessíveis para a implantação de tecnologias mais avançadas no que se referem às formas de eficiência e economia de energia, mas o que nos parece ser inovador neste aspecto é que a

⁹ <http://www.granma.cu/>- Revolução energética garante eletricidade mas é preciso economizar – 10-01-2007, acesso em agosto de 2009.

¹⁰ <http://www.alianzabolivariana.org/>- acesso em novembro de 2009.

¹¹ <http://www.brasildefato.com.br>, 09-05-2007, p 02 – acessado em dezembro de 2009.

implementação de tecnologias segue outra lógica, diferente daquela de simplesmente estar em posição privilegiada na concorrência com o outro. Ao manifestar a complementaridade e a cooperação como seus objetivos, nos parece que há uma nítida intenção de apontar para uma nova forma de utilização dos conhecimentos no sentido de favorecer a distribuição da renda e dos benefícios, muito mais do que a preocupação em acumular riquezas para este ou aquele país, grupo ou empresa.

O terceiro ponto fala sobre *a regulamentação da produção/distribuição nas instituições de Estado*. Já nos referimos anteriormente a firme determinação no sentido do controle dos recursos naturais por parte dos governos participantes da ALBA, mas aqui parece interessante analisar um documento chamado Tratado Energético da Alba, aprovado na V Cúpula e assinado pelos Presidentes da Venezuela, Cuba, Nicarágua e Bolívia em 29 de abril de 2007.

Vejamos algumas considerações expressas no documento:

Considerando que um dos principais objetivos da ALBA é conseguir uma forma de integração energética que garanta o fornecimento estável de produtos energéticos, e os benefícios as sociedades da América Latina e Caribe, tal como estabelecido pela Declaração Conjunta subscrita em La Havana, em 14 de dezembro de 2004.

Considerando a garantia de uma fonte universal de energia como um direito dos povos deve ser um dos objetivos da ALBA

Reconhecendo a necessidade de estabelecer um modelo para o uso racional da energia, a fim de preservar a energia já escassa e os recursos naturais e preservar as florestas, água e terra, indispensáveis à educação, saúde e produção;

Considerando a importância da promoção de políticas para impedir desperdício energético, característica dos modos predatórios e de produção capitalista;¹²

Percebemos já em expressões como “garanta o fornecimento estável de produtos energéticos, e os benefícios as sociedades”, “energia como um direito dos povos”, “para o uso racional da energia”, “para impedir desperdício energético, característica dos modos predatórios e de produção capitalista;”, uma série de enunciados que no seu conjunto são pouco usados em outros acordos de integração, o que mesmo ficando somente com este caráter de representação da ação realizada, coloca outros elementos na atual luta ideológica mundial.

O documento propõe como objetivos:

O objetivo do presente Tratado é o de garantir o equilíbrio das matrizes energéticas existentes de cada parte, [parte é a forma como o documento trata cada um dos países signatários] sobre a construção da matriz energética da ALBA, que é baseada nos critérios de utilização racional de energia,

¹² <http://www.alianzabolivariana.org/> acessada em dezembro de 2009

*maximização de poupança de energia e eficiência energética, juntamente com o desenvolvimento de fontes alternativas de energia em cada parte*¹³

No entanto, o que mais nos chamou a atenção é a execução de uma forma de uso de um recurso natural, no caso do petróleo. Assim está escrito no documento: “As partes terão partes em Petróleo do Orinoco Belt como o Bloco da ALBA, portanto, ter disponíveis os recursos do petróleo para garantir o abastecimento de energia de seus respectivos países durante os próximos 25 anos”. Ou seja, por nossa interpretação do documento um dos países está colocando a disposição dos demais uma parte de seus recursos naturais para ser utilizado durante 25 anos como forma de integração energética, colocado como organização de políticas de Estado entre os diversos países.

Cabe ressaltar que nesta faixa do Orinoco tem sido anunciada no próprio portal da ALBA como um dos maiores campos de petróleo e gás do mundo.

O Cinturão do Orinoco é uma das maiores fontes de reservas de hidrocarbonetos do mundo e está localizado na Venezuela: abrange os estados de Monagas, Anzoátegui e Guárico. A quantidade de óleo que está no subsolo do campo, que vai garantir ouro negro ao país por mais de 100 anos. Lá são estimados 1.360 milhões de barris de petróleo.¹⁴

Não temos dúvida que este procedimento é de fato diferenciado no que se propõem aos demais países e acordos que temos conhecimento. No caso do Brasil, seria o equivalente a acordar que uma parte das mais produtivas do país – do Pré-sal ou outra – estaria de agora em diante a disposição de outros países que não tem este recurso natural para seu uso. Não temos dúvida que este tipo de atitude e tentativa de regulamentação como política de Estado daria ao nosso país um intenso debate e disputa ideológica a muito não vista por aqui, pois de fato colocaria novos paradigmas possíveis em processos de integração e solidariedade entre os povos.

Mas o tratado vai além, no sentido de apontar como será realizada a exploração deste recurso natural:

As partes irão criar uma empresa transnacional de energia para atingir os objetivos definidos no presente Tratado. A empresa transnacional abrange as áreas de petróleo, gás, refino, petroquímica, redes de infra-estrutura de transporte, armazenagem, distribuição, eletricidade, energias alternativas e transporte marítimo, sempre respeitar a soberania e os requisitos legais de cada país.¹⁵

¹³ Idem.

¹⁴ <http://www.alianzabolivariana.org/>– Energia e Petróleo, últimas notícias, acessada em dezembro de 2009

¹⁵ <http://www.alianzabolivariana.org/>– O tratado energético da Alba – acesso em dezembro de 2009.

Aqui se percebe mais uma diferença importante, ao contrário de outros países – que, ao não possuírem as condições necessárias para a industrialização do recurso natural, recorrem às empresas privadas com concessões, consórcios etc. – estes se propõem a construir de forma conjunta uma empresa entre os diversos países. Isto demonstra uma clara manifestação de não permitir a acumulação privada dos excedentes gerados por esta atividade, e fazerem pleno uso dos recursos naturais e do desenvolvimento de tecnologias com outro propósito, apontando para a eliminação também da apropriação privada de mais valia relativa ou lucro suplementar.

O tratado ainda explicita questões sobre o uso do gás, da energia hídrica, da economia de energia, de fontes alternativas e também institui um Conselho de Energia da ALBA formada pelos Ministros de Minas e Energia de cada país, bem como abre a possibilidade de entrada de outros países no tratado e com isso a possibilidade de ampliação das áreas de exploração dos recursos naturais existentes.

Caberia, a verificação de como está se dando na prática a aplicação deste acordo, mas não faremos isto agora.

4. ALBA, integração energética e participação popular

Quando lemos o ideário da ALBA percebemos que para além de acordos e tratados entre governos, esta se propõe a também ter um espaço de participação dos movimentos populares no sentido de construir e fortalecer esta iniciativa.

De fato percebemos que há, tanto por parte dos governos participantes da ALBA quanto de diversos movimentos que simpatizam com esta iniciativa, um esforço em construir formas de participação e também de implementação de ações concretas que permitam combinar ações governamentais com ações que são dirigidas ou que tenham a participação efetiva dos movimentos sociais. São provas deste esforço, as implantações de escolas de medicina e de agro-ecologia em vários locais, que atendem educandos de diversos países. Também vão na direção de ações integradas, vários programas na área de saúde – como a operação milagre – que realiza cirurgias para recuperação da visão sem qualquer custo para as pessoas que necessitam, bem como os programas de alfabetização, ou as chamadas missões bairro adentro que procuram melhorar as condições de vida das pessoas mais pobres.

No entanto, nos parece, que apesar do esforço este aspecto dos processos mais amplos de participação e debate popular, com exceção de alguns países ainda é muito tímido em todo nosso continente e se traduz em grandes insuficiências.

O pequeno resumo contido no portal da ALBA a nosso ver é revelador desta dificuldade, praticamente o único enunciado diz o seguinte:

CONSELHO DE MOVIMENTOS SOCIAIS DA ALBA É o espaço que permite a participação popular na construção da ALBA concebendo-se os povos como o principal motor da unidade. O Conselho dos Movimentos Sociais da Alba, está em fase de definição, sendo os movimentos sociais dos países da ALBA responsáveis pela organização, que dever incorporar os movimentos sociais de outros países da nossa América. ¹⁶

Vejamos que esta frase elucida várias questões sendo a primeira que o Conselho dos Movimentos Sociais está em construção, ou seja, não existe ainda uma formulação precisa de participação, o que se por um lado é positivo de outro revela certas dificuldades na sua definição. A segunda questão que chama para a responsabilidade dos Movimentos dos Países da ALBA – leia-se dos países onde os governos são signatários da ALBA – e que deve incorporar movimentos sociais de outros países da América, neste caso resolvendo outra questão que estava em debate de quais os movimentos, de quais países poderia participar do Conselho. Havia posições que somente deveriam participar movimentos sociais dos países onde os governos assinaram a ALBA e outra posição – que prevaleceu – de que independente se o governo do país é signatário ou não os movimentos que aderissem seriam aceitos.

Com relação à questão energética nos documentos e reuniões dos Movimentos Sociais existem várias menções como: “*a luta pela soberania nacional, popular de nossos países diante a ofensiva imperialista: Energia (minério, petróleo, etc.), alimentos, celulose, água, territórios, biodiversidade, etc.*”, ou ainda em outra parte do mesmo relatório aponta que deve ser apresentado para os governos propostas como: “*Estimular novas formas de energia local, para que o povo se aproprie dessas técnicas e se construa uma verdadeira soberania energética em nossas comunidades*”. Proposições que a nosso ver novamente são importantes pela lembrança,mas que são insuficientes para se pensar uma política para a integração energética latina americana.

Novamente podemos afirmar que nos parece muito claro a vontade política de participação de vários movimentos sociais neste processo de construção da ALBA, também se demonstra claro a insuficiente discussão sobre a questão energética junto aos movimentos sociais, apesar de todos saberem que esta tem sido a principal fonte de financiamento de praticamente todas as iniciativas da Alba até o momento.

¹⁶ <http://www.alianzabolivariana.org/> acessada em dezembro de 2009

Neste ano de 2010, aqui no Brasil ocorrerá um encontro dos Movimentos Sociais da ALBA, este encontro pode a partir das iniciativas dos diversos Movimentos ser espaço importante para se avançar nas proposições em todos os campos e talvez também nesta questão da integração energética.

Parece-nos um bom roteiro para o debate a sugestão descrita por Vainer e Nutti no livro “A integração energética sul-americana, subsídios para uma agenda sócio ambiental”, publicada pelo INESC, onde os autores sugerem como subsídios para uma agenda socioambiental da integração energética: uma agenda emergencial, que leve em conta os problemas já existentes e determine formas concretas de solucioná-los; uma agenda precaucional, que se proporia a analisar as diversas legislações e recomendações existentes nos vários países, que privilegiaria o estudo das várias opções existentes, processos abrangentes e participativos de avaliação antes do início dos projetos, otimizando a gestão e o consumo de água e energia, e que as obras fossem submetidas à aceitação das populações atingidas; e finalmente uma agenda energética estratégica, que debata com profundidade a atual realidade energética, como os padrões de alto consumo para exportação de produtos, a apropriação privada dos recursos naturais, a expulsão e destruição das comunidades, a pobreza de políticas voltadas para a economia e eficiência energética, o que em última análise coloca em questão o modelo de desenvolvimento e, em particular, o modelo de integração regional na economia mundial.

Para concluir reproduzo frase dos citados autores que ao meu ver coincidem com o que se quer na construção da participação popular em processos de integração.

Se acreditarmos que a integração energética pode contribuir para superar processos de produção e reprodução das desigualdades, será indispensável avançar, em primeiro lugar, na construção de processos de discussão e decisão que, de fato, permitam incorporar de maneira informada representações consistentes da sociedade civil continental. Esse constitui um desafio bem maior que a construção de barragens, usinas ou linhas de transmissão.¹⁷

5. Considerações finais

Mais uma vez deixo claro que este artigo é um estudo inicial sobre estes temas tão importantes – ALBA, integração latino americana, energia – e que todos eles merecem sempre serem bem estudados, no sentido de orientar cada vez melhor a

¹⁷ VAINER, Carlos; NUTTI, Mirian. A integração energética sul-americana - Subsídios para uma agenda socioambiental. Inesc, Brasília 2008.

atuação dos militantes de movimentos sociais que constroem com seu trabalho, dia a dia, o processo permanente de luta contra as estruturas injustas da sociedade.

Os dados apontados no nosso entender são importantes para comprovar parte do que descrevemos neste artigo, que de alguma forma os recursos oriundos das fontes de energia, em poder do Estado Nacional, pode se converter em políticas públicas em benefício da maioria do povo e que neste caso o ideário da ALBA sem dúvida nenhuma nos apresenta uma grande contribuição.

No entanto também percebemos os limites que estão colocados em todo este debate. Limites das lógicas que nem sempre são questionadas, limites nas formulações políticas, limites no processo de participação popular, entre outros.

A realidade nos aponta que as propostas de libertação e transformação neste momento histórico que vivemos, deverão ser superiores daquelas que já existiram até hoje.

A questão colocada então, para todos nós, não ficando presos aos possibilismos ou aos dogmatismos é se a ALBA-TCP foi, é, e será (ou possui embriões) desta proposta de libertação superior e se a integração energética latino americana proposta será um exemplo disto.

Bibliografia

- ARELOVICH, Sergio. Et al. ESCENÁRIOS ENERGÉTICOS EN AMÉRICA DEL SUR, Energia, integración, modelo productivo: aportes para un debate necesario, Santa Fé – Argentina, 2008.
- GONÇALVES, Dorival Junior. Reformas na Indústria Elétrica Brasileira: A Disputa pelas ‘Fontes’ e o Controle dos Excedentes. São Paulo, 2007. 416 p – xv p 29,7cm (EPUSP- FEA- IEE-IF/USP, Dr., PIPGE,2007). Tese (Doutorado) Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo.
- HEREDIA, Fernando Martinez. Contra a Cultura da Resignação, 1997. In: <http://www.consultapopular.org.br>. Acesso em dezembro de 2009.
- INTEGRAÇÃO E TERRITÓRIOS ALTERNATIVAS PARA UMA INTEGRAÇÃO DOS POVOS. Rio de Janeiro, Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - FASE. 2007.
- KATZ,Cláudio, - Comparaciones y explicaciones de la crisis, 2009, no prelo.

- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB. O PREÇO DA LUZ É UM ROUBO. Campanha contra os altos preços da energia elétrica, São Paulo, 2007.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA - MST. ALBA – Alternativa Bolivariana para os povos da América, In Textos para Estudo e Debate. São Paulo, maio de 2007. No prelo.
- MOVIMENTOS SOCIAIS DA ALBA. Carta dos Movimentos Sociais das Américas. Belém, Pará, Brasil, janeiro de 2009. No prelo.
- MOVIMENTOS SOCIAIS DA ALBA. Encontro dos Movimentos Sociais no marco da V Cúpula da Alternativa Bolivariana para os povos de nossa América. - Tratado de comércio entre os povos. Tintorero, Venezuela, Abril de 2007. No prelo.
- RAMONET, Ignacio. CIEN HORAS CON FIDEL. Conversaciones con Ignacio Ramonet, Tercera Edición. Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, La Habana – Cuba, 2006.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: Do pensamento único a consciência universal. 9ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2002.
- VAINER, Carlos; NUTTI, Mirian. A integração energética sul-americana - Subsídios para uma agenda socioambiental. INESC, Brasília 2008.
- VERDUN, Ricardo.(Org). Et al. Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais, Brasília: INESC, 2007.

Sites consultados

- <http://www.alianzabolivariana.org/> acesso em: dezembro de 2009.
- [http://www.brasildefato.com.br, 09-05-2007, p 02](http://www.brasildefato.com.br,09-05-2007,p02) – acesso em: dezembro de 2009.
- [http://pt.wikipedia.org/wiki/Aliança_Bolivariana_para_as Américas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Aliança_Bolivariana_para_as_Américas) - acesso em: 20 de dezembro de 2009.
- Revolução energética garante eletricidade, mas é preciso economizar – 10-01-2007. Disponível em <<http://www.granma.cu/>>, acesso em: agosto de 2009.